

Sarney gostaria de governar melhor

AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney reconheceu, ontem, em Pirassununga, não estar fazendo o governo que gostaria de fazer, por causa de várias limitações, "como todo ser humano". Porém, Sarney acha que sua atitude de conciliação ainda é a melhor maneira de superar a fase de transição. O presidente já havia abordado o mesmo assunto em seu programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio* de ontem de manhã.

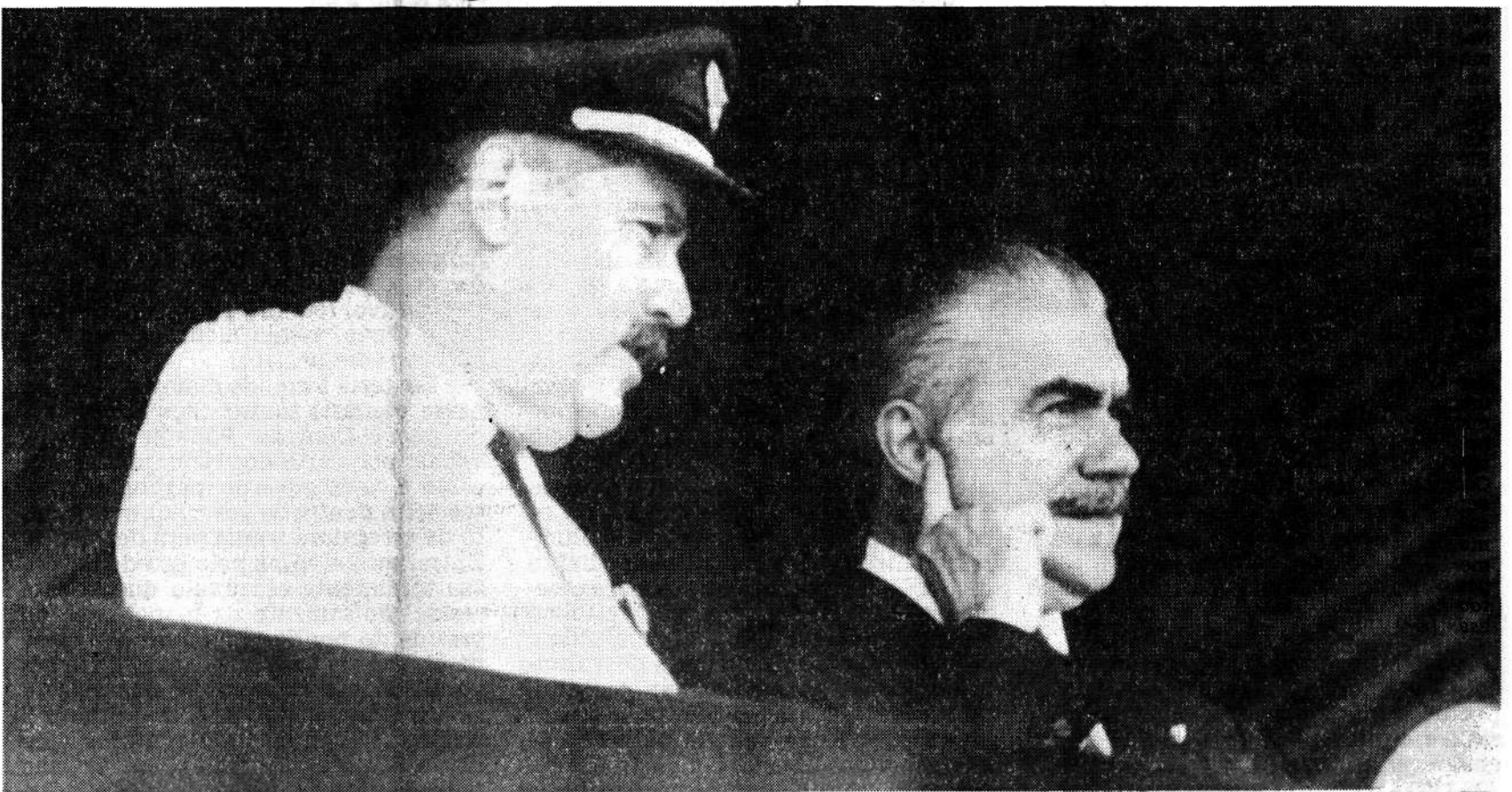
Em Pirassununga — região de Campinas — para a solenidade de formatura de 223 novos cadetes da Academia da Força Aérea, Sarney desculpou-se, em entrevista coletiva, por não estar fazendo melhor, argumentando que ninguém consegue colocar em prática todo seu projeto pessoal, por haver limitações impostas pela realidade. "Governar não depende só da gente. O presidente não é senhor do mundo, aquele que pode tudo. Como todo ser humano, é submetido à realidade daquilo que de fato pode fazer. E com essa sensibilidade e com essa humildade que tenho procurado não atropelar os fatos e impor as minhas vontades, a minha paixão, as minhas emoções, e tentado harmonizar os conflitos, que é o que um presidente deve fazer em um país democrático. Aí está o segredo da paz."

A paz, destacou o presidente, é conseguida por sua atitude diante das coisas. "Graças ao meu temperamento e à minha paciência, tenho me recusado terminantemente a

atender aos que acham que o momento é de dar murros na mesa", disse Sarney, notando que a falta de um partido unido a seu lado trouxe dificuldades. "A divisão do PMDB, de certo modo, desestabilizou o apoio político de que eu precisava para superar o processo de transição. Mesmo assim, mantive absoluta tranquilidade, com a determinação de fechar o processo da transição buscando o diálogo e afastando correntes ideológicas e políticas que existem no País."

O desabafo do presidente prosseguiu com um pedido de paciência ao povo brasileiro. "O povo não deve ingressar na linha do protesto, na linha do ressentimento, porque tem tudo para realmente saber que este é um país destinado a um grande futuro." Sarney advertiu que, "se o povo se perder nessa fase de pessimismo, se ele inocular o desânimo, evidentemente prejudicará não apenas o futuro dos que hoje vivem no País, mas da futura geração. Por isso é que sou sempre um otimista".

Tanto em Pirassununga quanto de volta a Brasília, o presidente Sarney assegurou que cumprirá as decisões da Assembleia Constituinte. Na Capital Federal ele foi ainda mais incisivo: "Eu cumprirei qualquer decisão da Assembleia Nacional Constituinte — se passar o parlamentarismo, se passar qualquer decisão que a Constituinte tomar a respeito do sistema de governo. Eu jurei defender a Constituição. Isso é uma obrigação que tenho para com o País. Eu não jurei para não cumprir".



Ao lado de Moreira Lima, em Pirassununga, Sarney reafirma que não vai interferir em decisões da Constituinte

Presidente diz que julga Constituinte pela maioria

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"A Constituinte não pode ser julgada por uma minoria que tentou nestes meses dar-lhe uma aparência nacional de uma balbúrdia institucional. Não." A afirmação foi feita pelo presidente Sarney, ontem, em seu programa semanal, "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido em cadeia todas as sextas-feiras.

De acordo com o presidente, a Constituinte vai fazer um trabalho sério e para isso ela conta com uma maioria de homens públicos que pensa no Brasil e no seu futuro. "Vamos confiar nesses homens", acrescentou. De sua parte, garantiu que estará pronto para ajudar, de todos os modos, a Constituinte a exercer sua soberania, decidindo livremente e podendo tomar qualquer decisão.

até mesmo em relação ao seu mandato.

"Eu estarei pronto a apoiar e tudo farei para facilitar a implantação das suas decisões", disse o presidente, acrescentando que não tem nenhuma interferência nem defenderá qualquer solução. "A Constituinte tem de ser uma Constituição capaz de fazer o Brasil crescer, e não o Brasil parar e tornar-se ingovernável", completou.

Antes de falar sobre a Constituinte, o presidente Sarney começou o seu programa pregando contra o pessimismo, apesar de reconhecer que 1987 foi um ano muito difícil, com uma inflação muito alta e a economia "de certo modo" fugindo do controle. Disse também que neste ano teve de tomar medidas difíceis e impopulares, queixando-se de ter ar-

cado sozinho com o ônus dessas decisões.

Depois de afirmar que espera que 1988 seja um ano melhor e de destacar que, apesar de tudo, o País cresceu entre 4 e 5% em 1987, voltou a prever que o Brasil estaria na ditadura ou no terrorismo, "se tivéssemos hoje um presidente que quisesse impor sua ambição, exercer seus poderes para impor sua vontade, para dar o famoso murro na mesa que muitos me têm aconselhado". O Brasil não quer isso, porque, segundo o presidente o País deseja é paz e tranquilidade.

Antes de terminar o seu programa, o presidente ainda listou avanços de seu governo, no qual incluiu o seguro-desemprego, que, segundo seus dados, gastou C\$ 6 bilhões este ano no atendimento aos brasileiros que perderam seus empregos.

'Sangue quente traria mais dificuldades'

CAMPINAS
AGÊNCIA ESTADO

"Talvez o País atravessasse dificuldades maiores nesta fase de transição se tivéssemos um presidente de sangue quente e não um homem paciente como o presidente Sarney." Com essa declaração o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, se referiu ontem em Pirassununga à afirmação do presidente Sarney ao Estado, de que não fosse o seu temperamento o País estaria hoje sujeito ao terrorismo ou à ditadura.

Junto com Sarney, Moreira Lima esteve presente à solenidade de formatura dos novos cadetes da Academia da Força Aérea. Para ele, a formação de blocos e grupos no Congresso constituinte, como o Centrão, az parte do processo democrático e deverá levar a uma posição de consenso, apesar das dificuldades partidárias e ideológicas que têm surgido. E fez um paralelo com a situação no Exterior: "Reagan e Gorbachev, governantes das maiores potências do mundo, estão se entendendo. Creio que não temos distensões tão grandes aqui dentro", ironizou o ministro. Sobre o polêmico mandato presidencial, Moreira Lima se mostrou da mesma opinião que o presidente Sarney: "Um período de cinco anos é mais adequado para atravessar a fase de transição".

A SOLENIDADE

O presidente José Sarney e sua comitiva chegaram à Academia da Força Aérea (AFA) às 9h45, 15 minutos antes do início da cerimônia de formatura dos 223 novos aspirantes a oficial-aviador. O governador em exercício de São Paulo, Almino Afonso, e o comandante da AFA, brigadeiro-ár Luiz Antônio Baginski Filho, receberam o presidente e os ministros da Aeronáutica, do Exército, Leônidas Pires Gonçalves; da Marinha, Henrique Sabóia, e do Gabinete Militar, Bayma Denys.

Uma esquadilha de aviões Tucano, de treinamento, abriu a solenidade, às 10 horas, sobrevoando a academia e formando no céu o número 84 — ano em que os novos aspirantes ingressaram na AFA. Ex-comandante da academia, o tenente-brigadeiro Clóvis Pavan foi o paraninfo da turma, que incluía cinco estrangeiros — dois bolivianos, dois venezuelanos e um panamenho.

Ao meio-dia o presidente Sarney entregou o Prêmio da Academia da Força Aérea aos aspirantes que mais se destacaram. No término da solenidade, os cadetes receberam a espada das mãos de seus padrinhos e fizeram a declaração de compromisso. Durante quatro anos, eles foram submetidos a intenso treinamento, com no mínimo 200 horas de voo.

Para Afif, o símbolo da frustração nacional

AGÊNCIA ESTADO

"Sarney é um acidente histórico." Esta foi a reação do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) ao comentar a entrevista com o presidente publicada ontem no Estado. Sobre a afirmação de Sarney, de que sem ele o País estaria numa ditadura ou no terrorismo, o deputado também foi cético. Disse que o presidente da República "é o símbolo da frustração nacional", explicando que esta condição foi adquirida "por causa da morte de Tancredo, do fracasso do Plano Cruzado e da falência da Nova República".

As críticas de Afif Domingos às declarações do presidente foram compartilhadas por vários empresários e políticos. Em São Paulo, o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, Paulo Vellinho, disse que prefere "um líder governando e não fazendo queixas". Nildo Masine, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, discordou completamente de Sarney, adiantando que "se ele continuar no cargo por muito tempo, aí sim teremos o caos; esse sim é o risco da ditadura".

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, considerou as declarações de Sarney "bastante pretensiosas". Em relação à não-negociação do mandato de cinco anos, o empresário disse que a atitude demonstra que o presidente "tem interesse em ficar o maior tempo possível no governo".

Para Rogério César Valente, "querer dizer que sem ele voltaria o terrorismo ou a ditadura, é, no mínimo, desconhecer que ele foi para a Presidência por um acidente histórico". Depois, o empresário citou o episódio da morte de Tancredo Neves. Destacou ainda que a maneira como o presidente conduz o governo, antes de ser uma garantia de estabilidade política, "gera uma expectativa de grande desordem em termos de processo institucional, pela ausência de governo". Sua conclusão é de que o

País "saiu de um processo revolucionário para um vazio de governo".

"O presidente José Sarney não é o fiel da balança da democracia. Pelo contrário, ele é pernicioso, tem uma ingerência indevida na Constituinte e comanda um governo obsoleto que privilegia um pequeno círculo, formado pelos amigos dele", disse em Curitiba o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Paraná, Sérgio Bronfman. Em sua opinião, o povo brasileiro está bastante amadurecido para não depender de uma só pessoa e a conquista da democracia é de toda a sociedade, "não sendo esta uma virtude outorgada pelo Palácio do Planalto".

Guilherme Rabay, presidente do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba, disse em João Pessoa que as declarações de Sarney são absurdas. Ele também destacou que a evolução do processo político depende de toda a sociedade e não de apenas uma pessoa.

No meio político, a entrevista de Sarney conseguiu o apoio do senador Carlos Chiarelli, líder do PFL. Ele concordou com as declarações do presidente, alegando que "se, em algum momento, o processo correu o risco de se encaminhar para a radicalização, Sarney impediu". Sobre a não-negociação do mandato de cinco anos, o senador considerou que seja uma posição coerente com a decisão anterior do presidente de aceitar o que foi definido pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

Em Sergipe, o governador Max Mauro disse que a decisão do presidente de desautorizar os entendimentos sobre a duração do mandato já era conhecida. Há pouco mais de uma semana, ele esteve no Palácio do Planalto e ouviu de Sarney, referindo-se ao mandato: "Não quero mais falar nesse assunto".

Para o senador Carlos Chiarelli, o presidente Sarney "sempre teve uma postura democrática e a sua predisposição em absorver todas as críticas é o seu grande mérito". Ele considerou o alerta sobre a possibilidade de o País retornar a ditadura ou ao terrorismo "absolutamente real".

Não existe inquérito contra Seplan

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Passados 82 dias do início das investigações sobre a intermediação de verbas na Secretaria do Planejamento (Seplan), para obtenção de recursos pelas prefeituras, a Secretaria de Polícia Fazendária informou ontem que ainda não tem elementos para abrir inquéritos. O motivo é que a maioria dos prefeitos, que fizeram denúncias à imprensa, não confirmaram os dados nos depoimentos e alguns até negaram o conteúdo das entrevistas.

A primeira denúncia da presença de escritórios de intermediação de verbas públicas — cobrando até 50% do valor do total da verba pleiteada — foi feita pelo prefeito de Ribeirão Pires, Valdirio Prisco, em setembro deste ano. A partir daí, diversos prefeitos, especialmente os de São Paulo, denunciaram-se vítimas das atravessadoras. O fato levou o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (PF), Romeu Tuma, a enviar telex a todas as superintendências da PF pedindo investigações detalhadas, e a abertura de Investigações Policiais Preliminares (IPP).

O prefeito de Santos, Oswaldo Justo, e o deputado Ayrton Soares, entre outros, negaram elementos à PF, interrompendo as IPPs. O único prefeito ouvido que confirmou as denúncias, segundo o porta-voz do DPF, João Martins, foi o de Ribeirão Pires, Valdirio Prisco, que forneceu à polícia cópias dos contratos firmados entre a prefeitura de sua cidade e as empresas de consultoria que intermediaram as liberações de recursos federais.

Apesar das dificuldades, segundo o porta-voz, a Polícia Federal continuará ouvindo outros prefeitos paulistas, de quem espera colher subsídios que sustentem a abertura de inquérito.

Aureliano admite ser candidato

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, admitiu ontem, em Itaipava, que poderá ser candidato à Presidência da República, se o regime aprovado pela Constituinte for presidencialista. Mas destacou: "Como homem do campo, estou habituado a não pegar o primeiro cavalo que passa perto de mim. Preciso ver se está com barrigüeira e se as boas, para então montar, até porque já tenho bastante experiência de cair do cavalo".

O ministro afirmou que "não há sentido em falar na Presidência da República antes que seja aprovado o novo texto constitucional, o nosso objetivo central no momento". E assinalou que sua candidatura só será lançada "se convier ao Brasil e ao sistema democrático. Além disso, é preciso saber se convém até mesmo ao meu partido, pois tenho muito medo dos arrependidos", explicou.

Para Aureliano Chaves, está excluída a hipótese da sua candidatura caso a Constituinte opte pelo parlamentarismo como regime de governo. "Se prevalecer o parlamentarismo, vou pedir que não considerem o meu nome." E negou a possibilidade de ter seu nome lançado para primeiro-ministro, "até porque é preciso ser parlamentar e até agora não há perspectiva de novas eleições".

Aureliano disse ainda que a sua prioridade em relação ao PFL é a unidade do partido. "Depois discutiremos outras coisas, inclusive a Presidência da República", finalizou.

"A economia fugiu do nosso controle"

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Sarney no programa "Conversa ao pé do rádio", de ontem:

"Brasileiros e brasileiros, bom-dia, nesta sexta-feira, dia 11 de dezembro, na nossa 'Conversa ao pé do rádio'.

Há quase três anos nós estamos juntos neste diálogo democrático com o povo. Neste período, tivemos dias de grandes alegrias e sucessos, que comungamos com as brasileiras e brasileiros. Tivemos também dias difíceis, de grandes problemas. Nada escondemos, nada negamos, mas, com uma constante sincera e forte, jamais ouvimos de mim uma palavra de lamentação, jamais deixei de ser otimista, mesmo em meio das maiores tempestades. Evidentemente que nós não podemos negar que este ano de 87 foi um ano muito difícil. Tivemos uma inflação muito alta, a economia fugiu de um certo modo do nosso controle e tivemos de tomar medidas difíceis, medidas impopulares e eu arqueei sozinho com o ônus dessas medidas. Mas resisti, perseverante, severo, integro, sabendo a grandeza da missão que me foi dada de governar o Brasil.

Eu espero que 88 seja um ano melhor. Vai ser um ano melhor. Mas nem por isso nós devemos deixar de agradecer a Deus o ano que nos proporcionou. Terminamos 87 com o Brasil crescendo, longe da recessão. Vamos crescer entre 4 e 5%. Chegamos ao fim do ano com taxa de desemprego caindo. Chegamos ao fim do ano com o Brasil em paz. Eu tenho a consciência do que tenho feito pela democracia em nosso país, democracia que — devo repetir — tenho praticado, dando o meu exemplo de paciência e de tolerância. Eu sei que se tivéssemos hoje um presidente que quisesse impor sua ambição, exercer seus poderes para impor a sua vontade, para dar o famoso 'murro na mesa' que muitos têm me aconselhado, nós estaríamos hoje ou na ditadura ou no terrorismo. E o Brasil não deseja nem uma coisa nem outra. O Brasil deseja é paz e tranquilidade. Isso é o que o povo quer, isso é o que o povo deseja. Essa paz que é a mensagem mais forte neste mês de dezembro, porque essa mensagem vem, nasce da esperança do Natal.

Paz na Terra aos homens de boa vontade e as brasileiras e brasileiros são homens e mulheres de boa vontade.

Há poucos dias, reunindo-me com funcionários do Planalto para orar e confraternizar dando graças a Deus por tudo que nós ofereceu neste ano, eu tive oportunidade de dizer que duas mensagens de cristianismo deviam ser lembradas: o fato de que foi o cristianismo que nos deu a

mensagem de que todos somos iguais, de que todos somos filhos de Deus, de que todos temos acesso à salvação. O presidente e o mais humilde dos brasileiros, todos somos iguais, todos estamos no mesmo barco, com as mesmas esperanças e também com as mesmas frustrações. Também devemos lembrar a mensagem da paz, da paz interior, essa paz que faz que a gente fique sem ódios, sem inveja e sem ressentimentos. É uma mensagem de esperança. A esperança de que nada nos abaterá. O Brasil vencerá qualquer problema, por isso eu sou sempre otimista, eu tenho esta convicção.

Agora quero dar algumas notícias. Daqui a pouco eu estarei em Pirassununga para assistir à formatura de novos cadetes de nossa aviação; são moços que se preparam para a defesa de nossa pátria, no exercício da profissão de aviador, servindo à nossa Força Aérea Brasileira. A eles meus votos de felicidade, que são extensivos às suas famílias. Quero dizer também que nesta semana eu recebi o corpo diplomático acreditado aqui em Brasília e falei sobre as relações do Brasil com o mundo. As nossas relações são impavélicas, nós defendemos a solução dos conflitos pelo diálogo e não pela força e queremos e desejamos, cada vez mais, estreitar a nossa amizade entre todos os povos do mundo, ampliar as nossas faixas de cooperação. Eu também regozije-me pelo fato histórico do acordo firmado entre os Estados Unidos e a União Soviética para o fim dos mísseis de alcance médio. É o começo do desarmamento, um bom começo. O caminho da paz passa pelo desarmamento e por isso o Brasil defende o desarmamento, dando ênfase ao desarmamento nuclear.

Quero também dizer que em 1988 nós vamos prosseguir o nosso plano de ação, que tem ênfase muito especial para o social, no lema que adotamos 'tudo pelo social', sem abandonar o setor de energia, transportes e indústrias de base e sem deixar de vislumbrar que nós temos que crescer, porque só com o crescimento teremos a prosperidade, teremos emprego e teremos um Brasil desenvolvido.

No setor político nós esperamos que a Constituinte faça uma Constituição moderna para servir a um Brasil moderno. Eu estarei pronto para ajudar de todos os modos a Constituinte a exercer sua soberania decidindo livremente e podendo tomar qualquer decisão, inclusive em relação ao meu mandato. Eu estarei pronto a apoiar e tudo farei para facilitar a implantação das suas decisões. Eu não tenho nenhuma interferência, nem

defenderei qualquer solução. A Constituinte tem que ser uma Constituição capaz de fazer o Brasil crescer e não o Brasil parar e tornar-se ingovernável.

E eu quero dizer às brasileiras e aos brasileiros que a Constituinte não pode ser julgada por uma minoria que tentou nestes meses dar-lhe uma aparência nacional de uma balbúrdia institucional. Não. A Constituinte vai fazer um trabalho sério e para isso ela conta com uma maioria de homens públicos que pensa no Brasil e no seu futuro. Vamos confiar nesses homens.

Para finalizar, quero dizer às brasileiras e aos brasileiros que, por mais difíceis que sejam os nossos problemas, não devemos deixar de ver os avanços e os progressos que conseguimos neste ano de 87. Foi um ano duro, mas também nós avançamos, como eu disse. Continuamos crescendo e, sobretudo, crescendo e consolidando a democracia, assegurando a liberdade de todos, melhorando a qualidade de vida de todos, ampliando espaços de participação. Basta citar um número, que eu acabei de receber do Ministério do Trabalho, para mostrar como nós estamos ampliando a nossa faixa de participação no efetivo exercício das liberdades em nosso país, cada um defendendo os seus direitos. Vamos falar portanto, para finalizar, no seguro-desemprego. O seguro-desemprego não existia no Brasil; foi criado por mim. Quem perdia o seu emprego tinha somente o direito a ter o desemprego. O seguro-desemprego, pois bem, somete, este ano gastou seis bilhões de cruzeiros no atendimento a brasileiras e brasileiros que perderam os seus empregos. Foram assistidos, portanto, por esse grande programa. No setor sindical nós aprovamos 917 novos órgãos de defesa de trabalhadores, como novos sindicatos, federações, confederações, que estão aí defendendo a classe dos trabalhadores no Brasil, ampliando a democracia dessa maneira. No setor da cultura mais de 2.500 associações culturais foram fundadas e registradas no Ministério da Cultura, para dar aplicação à 'Lei Sarney', que hoje cria um mercado nacional de arte, estabelece prêmios, edita obras, promove novos talentos, abre perspectivas para as artes, teatro, música, cinema, pintura, e criando aquilo que nós queremos que seja um verdadeiro renascimento cultural no Brasil.

E aqui vou terminar, agradecendo a Deus com todas as brasileiras e brasileiros as nossas conquistas e não ficando na filosofia do pessimismo e na retórica do fracasso e do protesto. As brasileiras e aos brasileiros, portanto, meu abraço e bom dia."

Mais uma prova de confiança no Centrão

CARLOS CHAGAS

Ontem, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido para todo o país, o presidente José Sarney repetiu parte do que nos havia dito com exclusividade, na véspera. Disse que estaríamos hoje na ditadura ou no terrorismo se, em vez dele, tivéssemos um presidente que quisesse impor sua ambição, exercer seus poderes para impor a sua vontade, ou dar o famoso "murro na mesa", que muitos o têm aconselhado.

Mencionou, também, ainda que de forma mais branda, as críticas aos que, em seu entender, nestes meses, tentaram dar à Assembleia Nacional Constituinte uma aparência de balbúrdia institucional. É interessante notar que, na cópia do texto referente ao programa de rádio, distribuída pela Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto, registra-se um vazão depois da palavra "minorias", acusada por Sarney de tentar a balbúrdia. Havia, no original, um adjetivo, que s. exa. teria mandado retirar à última hora.

O espaço em branco sugeriu "radical", ou sucedâneo, com o mesmo número de letras. Também pode ter sido "suicida".

Ainda que na entrevista à Agência Estado o presidente se tenha mostrado mais duro na análise da situação, também em seu pronunciamento público, ele não deixou de bater na mesma tecla: alertou para o que ia acontecendo, ou ainda acontecerá, caso a Constituinte não venha a fazer um trabalho sério, contando, para isso, com maioria de homens públicos que pensa no Brasil e no seu futuro. Ele confia nessa maioria, como frisou.

Repousa aqui a chave capaz de explicar essa nova atitude do presidente, de repente alertando para os erros, os absurdos e as imperfeições do projeto de nova Constituição, mostrando-se disposto a não calar mais diante dos grupos constituintes minoritários: ele confia no Centrão. Mesmo sem citá-lo, denominando-o de maioria, Sarney aponta-o como força em condições de evitar o caos.

Não se cometerá a injustiça de supô-lo partindo da defesa ao ataque porque a Comissão de Sistematização reduziu o seu mandato para quatro anos. Não é de seu estilo e sabe muito bem que qualquer tiro nesse sentido arriscar-se-ia a sair pela culatra. No que diz respeito ao seu período de governo, a estratégia parece

definida pelo silêncio. Respeitará a decisão de deputados e senadores, mantendo os quatro ou adotando os cinco anos.

Dois aspectos do projeto de nova Carta estarão concentrando, mais do que outros, as preocupações do presidente. Um, o parlamentarismo; outro, os capítulos do que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, chamou de socializantes, na economia e no setor social. Não dará murros na mesa, não imporá sua ambição nem exercerá seus poderes para impor sua vontade, tendo repetido que cumprirá a nova Carta, seja qual for. Mas o alerta é significativo. Outro presidente, pela lógica, o que vier depois dele, poderá conduzir o País à ditadura ou ao terrorismo.

No caso do parlamentarismo, porque o novo sistema de governo, que consta na proposta constitucional em debate, é simplesmente lamentável. Concentra o poder num grupo parlamentar, dilui a autoridade e superpõe funções entre o presidente da República e o primeiro-ministro, num projeto muito mais "assembleísta" do que parlamentarista. Sem o voto distrital e sem condições para impedir a eleição direta de presidente da República, um an-

selo nacional, o capítulo do sistema de governo levará o Brasil à crise com data marcada. Irá torná-lo ingovernável. E é, assim como outras sugestões, uma criação da minoria à última hora inadjetivada, de sua fala "ao pé do rádio".

Pior, para Sarney, está na ordem econômica e na ordem social. Fantasia como a da aposentadoria integral, da diminuição das horas semanais de trabalho e do cerceamento ao capital conduzirão a Previdência Social à bancarrota e a economia à estagnação e ao retrocesso. A poupança interna é insuficiente. O risco será de ficarmos cada vez mais distanciados dos avanços tecnológicos, transformados em sucata e sem perspectivas de crescimento.

Apesar do tom otimista que sempre dá às suas entrevistas e pronunciamentos, o presidente decidiu esta semana transpor o rubicão. Cumprirá e respeitará a nova Constituição, sem interferir, mas alertou os bons e os maus entendedores. Para quê? Para a hipótese de um impasse que acabará por nos levar ao mesmo lugar aonde sempre temos ido, o autoritarismo, sempre que as aventuras não são evitadas.